



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

**Dia 24 de Junho de 2020**  
**Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007**

**Ano XIV**

**Nº 1905**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1612, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**



**"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ - CESUMAR, PARA A CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO".**

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio, para a concessão de estágio supervisionado obrigatório, com o Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA- CESUMAR, com sede na Avenida Guedner, nº 1610, Bairro Jardim Aclimação, em Maringá/PR, CEP: 87050-900, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.265.617/0001-99, com polo de apoio presencial em Monte Carmelo, nos termos da RESOLUÇÃO CONSUNI nº 026/2017, situado na Rua Castro Alves, nº 91, Centro, CEP: 38.500-000, sob a razão social Nunes Company Materiais Didáticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 07.723.171/0002-79.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei, considera-se estágio obrigatório aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

**Art. 2º** O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior de graduação, devidamente atestadas pela instituição de ensino;
- II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

**Art. 3º** A jornada de atividade em estágio deverá ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º A duração do estágio não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando o estagiário for pessoa com deficiência.

§ 2º É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

**Art. 4º** O pagamento do seguro contra acidentes pessoais e de trabalho em favor do aluno-estagiário é de exclusiva responsabilidade da instituição de ensino conveniada.

**Parágrafo único.** A apólice do seguro deverá ser compatível com os valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

**Art. 5º** A celebração do convênio de que trata esta lei ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- I - comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- II - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- III - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- V - Certidão Negativa de Débitos Municipais de Monte Carmelo;
- VI - Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Estaduais;
- VII - cópia do contrato social contendo eventuais alterações;
- VIII - documento comprobatório de que se trata de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- IX - comprovação de funcionamento no endereço declarado mediante a apresentação de alvará.

X - plano de atividades.

**Parágrafo único.** O plano de atividades será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

**Art. 6º** São obrigações da instituição de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

- I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

**Art. 7º** Constituem obrigações do Município:

- I - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III - indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, mediante autorização do supervisor de estágio;
- IV - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- V - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VI - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 23 de junho de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1613, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**



**"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CONCEDER REPASSE FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE MONTE CARMELO".**

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Monte Carmelo, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.288.626/0001-15, no valor de R\$ 37.100,00 (trinta e sete mil e cem reais), visando o repasse da verba decorrente de emenda parlamentar do Deputado Federal Eduardo Barbosa.

**Art. 2º.** As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.04.36.03.10.302.4005.3005.3350.41.00.00; Ficha: 847.

**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 23 de junho de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 2297, DE 22 DE JUNHO DE 2020.**

*"Regulamenta o disposto nos incisos VI, IX e § 5º do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, na forma que especifica".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que "estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, e dá outras providências";

**CONSIDERANDO** que o inciso VI do art. 8º da referida Lei dispõe que na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de "criar ou majorar auxílios vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade";

**CONSIDERANDO** que o inciso IX do mesmo dispositivo legal estabelece a proibição de "contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins";

**CONSIDERANDO** que o parágrafo 5º do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, ressaltou que "o disposto no inciso VI do caput deste artigo não se aplica aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que relacionados a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração";

**CONSIDERANDO** que o art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 estabelece que "a administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência";

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica vedada até 31 de dezembro de 2021 a criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de servidores da Administração Pública direta e indireta, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade.

**Parágrafo único.** A suspensão a que se refere o caput não se aplica

aos profissionais da saúde e de assistência social discriminados no Anexo I deste Decreto, desde que relacionados a medidas de combate à calamidade pública, cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização do tempo a que se refere o art. 1º para o cômputo de período aquisitivo necessário exclusivamente para concessão de progressões horizontais, promoções, quinquênios, trintenários, licenças-prêmio, gratificações de titulação e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01.06.2020.

Monte Carmelo/MG, 22 de junho de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

## **ANEXO I**

<b>Profissionais de Saúde e de Assistência Social</b>
Técnico de Enfermagem;
Auxiliar de Saúde;
Enfermeiro Plantonista;
Enfermeiro Saúde Pública;
Auxiliar de Enfermagem;
Enfermeiro;
Enfermeiro Padrão;
Fisioterapeuta;
Técnico em Raio X;
Terapeuta Ocupacional;
Médico Angiologista;
Médico Cardiologista;
Médico Clínico Geral;
Médico Dermatologista;
Médico Endocrinologista;
Médico Endoscopista;
Médico Ginecologista;
Médico Neurologista;
Médico Oftalmologista;
Médico Ortopedista;
Médico Otorrinolaringologista;
Médico Pediatra;
Médico Psiquiatra;
Médico Radiologista;
Médico Urologista;
Médico Saúde Pública;
Médico Saúde Básica;
Médico Plantonista;
Médico Clínico Geral;
Assistente Social;
Psicólogo.

## **EXPEDIENTE**

### **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)